

**FACULDADE PATOS DE MINAS
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

RAYTA CHAGAS MAIA

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: territórios
oportunos e necessários**

**PATOS DE MINAS
2012**

RAYTA CHAGAS MAIA

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: territórios
oportunos e necessários**

Artigo apresentado a Faculdade Patos de Minas como requisito parcial para a conclusão do Curso de Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof.^a Ms. Rosana Mendes Maciel

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: territórios oportunos e necessários

Rayta Chagas Maia *
Rosana Mendes Maciel **

RESUMO

A orientação sexual na escola deve colaborar para que os jovens sejam capazes de desenvolver sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é apresentar teoricamente considerações referentes à problemática da educação sexual na instituição escolar. Para tanto, valeu-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva. Como resultados observou-se que o trabalho de Orientação Sexual recomendado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN'S na escola deve ser compreendido como um método de intervenção pedagógica que vise enfatizar os contornos psicológico, sociológico e fisiológico da sexualidade. As principais dificuldades que os professores enfrentam para abordar a problemática da educação sexual envolvem a falta de capacitação em educação sexual e a falta de agregar diferentes áreas do saber à educação sexual. No que tange à postura do educador para lidar com a educação sexual averiguou-se que o docente deve dispor de formação específica para abordar o tema; buscar constantes aperfeiçoamentos e estar preparado para a intervenção prática junto aos alunos. Conclui-se que a educação sexual é muito bem contemplada pelos PCN'S, que pode ser um bom instrumento didático para fundamentar os docentes na escola, porém ainda urge a necessidade de haver políticas educacionais que defendam a oferta de programas de treinamento e capacitação sobre sexualidade na adolescência para o professorado a fim de embasá-lo melhor para transmitir aos educandos os verdadeiros desígnios da educação sexual na escola.

Palavras-chave: Educação Sexual. Instituição Escolar. Dificuldades do professor. Orientações didáticas.

*Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade Patos de Minas (FPM).
rayta.maia@hotmail.com

**Professora orientadora do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade Patos de Minas (FPM) Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Especialista em Educação Psicomotora pela Faculdade Católica de Uberlândia; Mestre em educação pela UFU.
macielrosana28@hotmail.com

ABSTRACT

Sexual orientation is essential for young people in school, helping in their sexuality development. taking in consideration both, pleasure and responsibility. Accordingly, this study focused in theoretical considerations regarding the issue of sex education in schools, using the descriptive literature available today. We noticed that the recommendations of Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN about sexual orientation for schools should be taken as a method of educational intervention that aims to emphasize the psychological, sociological and physiological aspects. However, the main difficulties for teachers in addressing this issue of sex education is the lack of training in sex education and absence of knowledge of the different areas of sex education. Regarding the attitude of the educator to deal with sex education it was found that the teacher must have specific training to deal with the issue, seek for constant improvements and be prepared for practice intervention with students. We can conclude that sex education is very well covered by the PCN, which can be a good tool to help teachers in school, but still are the need for educational policies that put available training programs on sexuality in adolescence for teachers to build a strong basis in the best intention to teach students the true intentions of sex education in school.

Keywords: Sex Education. School. Teacher skills. Didactic ways.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1997), a sexualidade possui grande relevância no desenvolvimento e na vida psíquica dos indivíduos, tendo em vista que independentemente do potencial reprodutivo, associa-se com a busca do prazer, que é uma necessidade essencial dos seres humanos. Assim, a sexualidade pode ser compreendida como algo intrínseco a todas as pessoas. Bem como, pode-se dizer que a sexualidade é uma expressão cultural. Então, cada sociedade designa conjuntos de princípios que estabelecem parâmetros essenciais para o comportamento sexual de cada pessoa. Nessa perspectiva, uma proposta de Orientação Sexual deve levar em conta a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural.

Conforme Cabral (2011), a educação sexual é a designação dada ao método que objetiva educar, ou seja, denota esclarecer para jovens e adolescentes a

respeito da responsabilidade pessoal de cada um, quando ingressam na vida sexual. Mas, este tema ainda abrange lendas, preconceitos e embaraços para pais e professores.

Entretanto, a instituição escolar tem como um dos princípios zelar pela saúde de seus educandos e, principalmente, formar cidadãos críticos, responsáveis e conscientes, seja individual ou socialmente. E, a orientação sexual no ambiente escolar, “[...] é um componente primordial para a construção desse cidadão, bem como na prevenção de agravos à saúde e à integridade física e mental dos estudantes, desconstruindo mitos, tabus e preconceitos.” (RIBEIRO, 2009, p. 1).

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo consistiu em apresentar teoricamente considerações referentes à problemática da educação sexual na instituição escolar.

Os objetivos específicos foram apresentar as principais dificuldades a que se deparam os professores em sala de aula para abordar a problemática da educação sexual; apresentar as considerações apresentadas pelos PCN’S (BRASIL,1997) sobre a orientação sexual na escola; discorrer sobre a postura do educador para ministrar aulas sobre a educação sexual na escola e expor algumas orientações didáticas para abordar o tema educação sexual nas escolas.

Partiu-se das seguintes indagações: Quais são as principais dificuldades que os professores enfrentam em sala de aula para abordar a problemática da educação sexual? Qual é a postura do educador para lidar com a educação sexual em sala de aula? Quais são as considerações dos PCN’S (BRASIL, 1997) sobre a orientação sexual na escola?

Sugeriu-se este trabalho na confiança de seu aporte a partir das informações levantadas por meio da pesquisa bibliográfica. Entendeu-se que emerge a necessidade de se fazer uma análise crítica acerca da educação sexual na escola, procurando com isso, distinguir uma nova linha de ação para os professores, consentindo-se ilustrar esta realidade que pode obstar a prática do docente, como também pode impedir o alcance pleno dos objetivos traçados para a disciplina de educação sexual na escola.

O presente estudo foi uma pesquisa bibliográfica e descritiva. Foi realizada uma leitura exploratória, a fim de selecionar as exposições de diferentes autores da área, para então preparar o debate apresentado no referencial teórico.

Conforme Gil (1991) a pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida a partir de material já organizado composto especialmente de livros e artigos científicos. Grande parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas referentes a ideologias, bem como aquelas que sugerem análises de diferentes posições acerca de um problema, do mesmo modo costumam ser desenvolvidas quase unicamente por meio de fontes bibliográficas.

O material utilizado para a preparação desse trabalho encontra-se disponível em artigos científicos postados em bibliotecas virtuais vinculadas a diversas universidades brasileiras, tais como BRASILESCOLA; UFMG, UFRGS, SCIELO etc. Utilizou-se as seguintes combinações de palavras-chaves para realizar as buscas: educação sexual na escola; PCN'S (BRASIL,1997) e orientação sexual; postura professor e educação sexual entre outras. As publicações utilizadas compreendem o período de 1997 a 2012.

2 EDUCAÇÃO SEXUAL: um pouco de debate

Conforme Rodrigues e Fontes (2002), a expressão educação sexual ainda é atualmente elemento de diversas compreensões ao nível do seu sentido, dos seus teores e de suas decorrências. Em alguns momentos se analisa a educação sexual como um método marginal à edificação da identidade sexual, em outros momentos se distingue essa atividade como meio fundamental para a reforma dos costumes.

O fato é que a educação sexual, principalmente a sua inserção nos currículos escolares ainda é um assunto muito polêmico, objeto de pressão e comercialização política. A história da educação sexual é relativamente nova, e é protagonizada por diferentes intérpretes sociais, dentre os quais pode citar a Igreja Católica, as classes políticas, as assembleias de pais, os educadores e instituições escolares, e os movimentos e coligações que de alguma maneira apresentam a sexualidade como assunto de intercessão (RODRIGUES; FONTES, 2002).

Na compreensão de Cabral (2011), a educação sexual trata questões como o sexo, a gravidez, o aborto, métodos contraceptivos, a relevância do uso do preservativo e doenças sexualmente transmissíveis. Alguns consideram que tal expressão já não se usa mais, dando espaço para a expressão orientação sexual,

porém esse termo ainda confunde determinadas pessoas, tendo em vista que é utilizado para mencionar a opção sexual de cada sujeito, melhor sendo, sua preferência por pessoas de gênero semelhante, distinto ou por ambos.

Nesse sentido, preocupadas com a formação sexual dos educandos, algumas instituições escolares junto ao professorado, têm dado maior atenção a esse tema tão relevante na vida dos indivíduos, sobretudo de seus alunos. Todavia, eis que emerge então a dúvida: “Qual é a melhor forma de orientar os alunos e o que colocar como prioridade em relação às informações sexuais?.” (CAIADO, 2012, p. 1).

A autora prossegue explicando que ao se referir à Educação Sexual, o professor deve buscar uma multiplicidade de conhecimentos e vivências que possam ser transmitidas para o educando, sobretudo que venha enriquecer os conhecimentos dele sobre o assunto, proporcionando aos mesmos, uma vida sexual saudável prazerosa e, sobretudo, com responsabilidade. Assim, os professores junto à família são essenciais na formação sexual da criança. A família deve receber orientações, tendo em vista que ela é a fonte vital da formação, do alicerce do infante, para que propicie uma vida moralmente salutar, inclusive sendo responsável para transmitir informações adequadas alusivas à sexualidade humana (CAIADO, 2012).

Caiado (2012) ainda considera que a instituição escolar, quando bem norteada, é compreendida como um relevante complemento para a família na educação sexual dos filhos. Os adolescentes, não obstante, por vezes, não evidenciam que são bastante desprovidos de conceitos morais e da guarida familiar que, quando desempenhados coerentemente, propiciam a formação de homens e mulheres de valores, modelos para a sociedade.

Num posicionamento diferente, cita-se Brafman (2008, p. 1), que revela que se sente perplexo quando toma conhecimento da implantação da Educação sexual como disciplina nas escolas. Para o autor:

[...] todos nós sabemos que a Educação no Brasil é medíocre e insuficiente, digo isto, quando me refiro ao currículo escolar dos estudantes que convivem com constantes greves dos professores, que estão desestimulados com baixíssimos salários. O nível de ensino nas escolas é insignificante, pois os alunos não aprendem: português e matemática, como deveriam e querem criar o ensino de educação sexual nas escolas! Deixe que este assunto seja conversado e tratado pelos pais com os seus filhos. Acho que a mídia, a imprensa: Rádio, Televisão e Jornais, podem estimular os pais a tratarem disto com os seus filhos. (BRAFMAN, 2008, p. 1).

Brafman (2008) ainda considera que podem ser criados programas cujo objetivo seja orientar os pais a participarem com informações, cuidados e orientações aos seus filhos.

De certa forma, Gonçalves (2003) também concorda com essa ideia, pois este autor considera que muitos pais sentem-se despreocupados pensando que na instituição escolar seus filhos receberão orientações apropriadas a respeito do tema da educação sexual. Mas, na prática o que se constata é uma grande falta de preparo das escolas nesta área, tanto nas escolas particulares quanto nas escolas públicas.

Pais e educadores devem se preocupar em oferecer uma educação sexual saudável, que não se restrinja a um simples aprendizado do corpo humano, seus órgãos e funções, e nem buscar converter em técnica uma realidade natural e complementar do ser humano tal como é a atividade sexual. Além disso, pensar que os filhos estarão preparados meramente porque lhes informam técnicas contraceptivas, ignorando inteiramente os valores e a vida humana, e não informando o sexo na totalidade de um “[...] amor verdadeiro e duradouro, é um grande engano contra o qual os pais devem ficar alertas. Por isso, os pais precisam se informar sobre como o tema está sendo tratado na escola de seus filhos.” (GONÇALVES, 2003, p. 1).

Em compensação, Chaves, Queiroz e Guerra (2003), consideram que a sexualidade é assunto rotineiramente vivenciado e debatido por estudantes e docentes nas escolas, se não ocorrer de maneira formal, em programas de educação sexual ou em aulas de ciências ou biologia, ocorre informalmente, nos diálogos e relacionamentos entre alunos no dia-a-dia escolar e nas reuniões pedagógicas dos educadores. O interesse a respeito da sexualidade na conjuntura escolar avigora a particularidade multidimensional do processo ensino-aprendizagem, demonstrando que o desenvolvimento cognitivo do sujeito é estreitamente conexo e, deste modo, entusiasmado por seu desenvolvimento subjetivo e social, no qual a sexualidade e afetividade possuem funções essenciais.

O docente, compreendendo aqui também os profissionais da educação e a família, por meio da sua relação pessoal e profissional com o aprendiz, propicia a este, estímulos que colaboram para a reorganização do sistema nervoso que se encontra em desenvolvimento do infante e do adolescente. É precisamente esta reorganização que determina e distingue a obtenção de novas condutas pelo sujeito,

permitindo-o desenvolver estratégias para seu viver em sociedade, em bem estar biopsicossocial, desígnio final da educação. Entretanto, nem sempre os professores e a família distinguem a relevância do aporte dos diferentes fatores que exercem influência no processo ensino-aprendizagem e que podem, por conseguinte, promover ou afetar o desenvolvimento neuropsíquico do sujeito. A identificação das restrições e demandas dos profissionais da educação e das famílias para a orientação apropriada do desenvolvimento da criança e do adolescente pode colaborar para o progresso desse processo (CHAVES; QUEIROZ; GUERRA, 2003).

2.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais *versus* Orientação Sexual na Escola

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, por meio do Decreto de n.º 6.286, de 5 de Dezembro de 2007, estabelece o Programa de Saúde na Escola (PSE). O Art.4 considera ações em saúde antevista no campo do PSE, enquanto que o inciso XII garante a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva. “Portanto, uma das direções da educação sexual hoje sugere que se discutam questões relacionadas à prevenção e a promoção da saúde dentro do âmbito escolar.” (FERNANDES; AGUIAR, 2010, p. 5).

A sexualidade é hoje em dia analisada como um problema de saúde pública, sendo a instituição escolar o ambiente excepcional para implementar políticas públicas que requeiram a saúde de crianças e jovens. Deste modo, ela foi estabelecida, conforme os PCN’S, em tema transversal, com o objetivo de difundir-se por toda a esfera pedagógica e radiar seus fins nos mais diferentes domínios. Logo, a realização de “[...] análises sobre o que dizem os PCN’S a respeito do tema orientação sexual é de fundamental importância para a área de educação.” (ALTMANN, 2001, p. 580).

Então, conforme os PCN’S (BRASIL, 1997), a Orientação Sexual na instituição escolar deve ser compreendida como um método de intervenção pedagógica, cujo objetivo seja repassar conhecimentos e problematizar assuntos pertinentes à sexualidade, de modo a abranger atitudes, religiões, preconceitos e valores adjuntos. Este tipo de interferência sucede coletivamente, e não como um trabalho individual, de teor psicoterapêutico, devendo focalizar as extensões psicológica, sociológica e fisiológica da sexualidade. Também é diferente da

educação oferecida pela família, pois permite um debate de pontos de vista diversos e coligados à sexualidade, sem infligir certos valores sobre outros.

Na realidade, “[...] o tema transversal ‘Orientação Sexual’ deve ser trabalhado, na escola, de forma a estimular a reflexão dos jovens a partir da problematização e do debate das diversas temáticas atuais sobre a sexualidade.” (GONÇALVES, 2009, p. 1).

Deste modo, a escola deve se organizar para que os educandos, ao fim do ensino fundamental, sejam capazes de:

Quadro 1 - Objetivos Gerais da Orientação Sexual

- respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano;
- compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana;
- conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual;
- identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos;
- reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas;
- identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;
- reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois;
- proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;
- agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo em ações públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/Aids; conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids;
- evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos;
- consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade.

Fonte: BRASIL, 1997, p. 311-312.

Os PCN’S consideram que a finalidade do trabalho de Orientação Sexual é colaborar para que os estudantes sejam capazes de desenvolver e praticar sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse assunto atrela-se ao exercício da cidadania, ao passo em que, de um lado, se dispõe a trabalhar o respeito por si e pelo próximo, e, por outro lado, procura afiançar “[...] direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.” (ESTRADA, 2010, p. 1).

O trabalho de Orientação Sexual objetiva proporcionar aos jovens a perspectiva do aprendizado de sua sexualidade de modo responsável e prazeroso. Seu desenvolvimento deve apresentar critérios para a percepção de condutas vinculadas à sexualidade que exigem privacidade e intimidade, como também consideração das revelações de sexualidade aceitáveis de serem divulgadas na escola (BRASIL, 1997, p. 28).

De acordo com os PCN'S a escola pode e deve ser maleável ao abordar assuntos segundo a classe ou necessidade peculiar dos alunos, compreendendo temas como iniciação sexual, masturbação, prostituição, abusos, pornografia, desejos sexuais, dentre outros tabus pertinentes à sexualidade. "A proposta dos PCN'S, é de sempre estar presente em qualquer programa de orientação sexual garantindo orientações e instruções básicas, sobre sexualidade" (ESTRADA, 2010, p. 1).

Segundo Tonatto e Sapiro (2002, p. 163), a instituição escolar "[...] é um ambiente imprescindível para a construção de valores pertinentes a uma educação sexual que possibilite aos jovens escolhas conscientes no que se refere à atividade sexual e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis."

Nessa perspectiva, os PCN'S (BRASIL, 1997, p. 28), propõem-se três eixos essenciais para orientar a mediação do docente, ou seja, "Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS."

A abordagem do corpo como alicerce da sexualidade tem como escopo proporcionar aos educandos conhecimento sobre o próprio corpo e informações referentes aos cuidados que precisam dos serviços de saúde (BRASIL, 1997).

Estrada (2010) recomenda alguns conteúdos que podem ser trabalhados no eixo corpo humano como, por exemplo, as mudanças do corpo nas diversas fases da vida, abarcando anseios, emoções e percepções vinculadas ao bem-estar e ao prazer do autocuidado; os mecanismos que envolvem concepção, gravidez e parto e métodos contraceptivos; as transformações provenientes da puberdade que envolvem maturidade das funções sexuais e reprodutivas; manifestação sexuais secundários; alteração de idade em que começa a mocidade; mudanças procedentes de crescimento físico acelerado; transmissão de valores que enfatizem o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro; enfatize para o respeito aos colegas que evidenciam um desenvolvimento físico e emocional diferentes; fortalecimento da autoconfiança; e a calma na relação com a sexualidade.

Quanto ao debate atinente ao gênero este diz respeito à discussão de papéis duramente constituídos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a maleabilidade desses papéis (BRASIL, 1997, p. 28).

No entanto, Altmann (2001, p. 584), percebe que nos PCN'S há uma grande ênfase para as diferenças entre meninos e meninas. Tais diferenças são analisadas como sendo social e culturalmente estabelecidas, porém, “[...] em nenhum momento, elas são problematizadas. Não há nenhum destaque para a existência de diferenças entre meninas e entre meninos, mas sim uma oposição entre os gêneros que pressupõe uma unidade interna entre cada um.”

Então, para Estrada (2010), alguns conteúdos a serem trabalhados quanto ao gênero são a heterogeneidade de conduta de homens e mulheres em virtude do tempo e do lugar onde habitam; a relatividade das percepções classicamente coligadas ao masculino e ao feminino; o respeito pelo sexo oposto, no esboço das pessoas com as quais se coexiste; o respeito às muitas e diversas expressões da mulher e do homem entre outros.

No que se menciona ao trabalho relacionado à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS o eixo permite apresentar conhecimentos científicos e contemporâneos a respeito das maneiras de prevenir doenças. Deve-se ainda trabalhar a aflição que atinge portadores do HIV e enfermos com AIDS, de modo a colaborar para a adoção de condutas preventivas por parte dos jovens (BRASIL, 1997).

Como temas a serem trabalhados, neste eixo, Estrada (2010) aconselha noções referentes à existência de doenças sexualmente transmissíveis; esclarecimentos sobre as formas de prevenção e transmissão da AIDS; elaborar confrontos entre as possibilidades de contato que proporcionam contágio da AIDS, com aquelas que envolvem riscos; obter, avaliar e processar informações referentes a AIDS, através de panfletos ilustrativos, textos e artigos de periódicos e revistas; informação e a adoção dos métodos imperativos em circunstâncias de acidente ou lesão que propiciem o contato de sangue; debater sobre atitudes discriminativas no tocante aos portadores de HIV enfermos com AIDS; trabalhar o respeito e a solidariedade no relacionamento com indivíduos portadores do vírus HIV ou enfermos com AIDS.

Estrada (2010) informa que os Blocos referentes ao Corpo, matriz da sexualidade, Relação de gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente

Transmissíveis/AIDS foram desenvolvidos para os quatro ciclos do ensino fundamental, então, o professor deve oferecer um tratamento diferenciado para abordar o tema, de acordo com a realidade e exigência de cada ciclo, buscando planejar uma orientação mais aprofundada e exclusiva para os alunos dos últimos ciclos.

Mas, Altmann (2001, p. 581), adverte que nos PCN'S, a orientação sexual é compreendida como sendo de caráter informativo. A sexualidade é idealizada como “[...] um fenômeno natural, como algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida. Alude-se sobre necessidade básica, em potencialidade erótica do corpo, em impulsos de desejo vividos no corpo.” Essa autora menciona a seguir alguns fragmentos que corroboram essa ideia:

- A partir da puberdade e das transformações hormonais ocorridas no corpo de meninos e meninas, é comum a curiosidade e o desejo da experimentação erótica a dois.
- É a partir da puberdade que a potencialidade erótica do corpo se manifesta sob a primazia da região genital, expressando-se na busca do prazer.
- No trabalho com crianças, os conteúdos devem também favorecer a compreensão de que o ato sexual, assim como as carícias genitais, são manifestações pertinentes à sexualidade de jovens e de adultos, não de crianças. Os jogos sexuais infantis têm caráter exploratório, pré-genital (BRASIL, 1998, p. 319, 320 e 303, apud ALTMANN, 2001, p. 580-581)

Para elucidar seu raciocínio, Altmann (2001, p. 584), afirma que “[...] o tema Orientação Sexual não tem apenas um caráter informativo, como sugerem os PCN'S, mas, sobretudo um efeito de intervenção no interior do espaço escolar.” Idealizado como tendo um papel transversal que cruza raias disciplinares, o mesmo se difunde por toda a esfera pedagógica e labora sobretudo a desenvolver seus resultados nos mais variados campos. Os PCN'S estimulam a instituição escolar e, por meio de diferentes práticas pedagógicas, busca estabelecer e advogar o relacionamento do sujeito consigo próprio, de maneira a fazer com que o sujeito adote a si mesmo como peça de cuidados, induzindo condutas.

Por meio da função do sexo em debate, sugere-se existir um complexo avanço do domínio sobre as pessoas, a qual se cumpre não tanto por meio de proibições e penalidades, porém por meio de estruturas e métodos que tem em vista gerar indivíduos autodisciplinados no que se menciona o modo de vivenciar sua sexualidade. Com estilos diferentes, meninos e meninas, do mesmo modo exercem formas de domínio uns sobre os outros, também esquivam e contrastam a esta

força. O dispositivo da sexualidade transcorre recintos escolares, estabelece princípios e normas, institui transformações na maneira pela qual os sujeitos dão sentido e importância a seu comportamento, anseios, prazeres, emoções e fantasias (ALTMANN, 2001).

2.2 Principais dificuldades para abordar a problemática da educação sexual: Postura do educador

Biancon (2005) realizou um estudo cujo objetivo foi investigar se os professores das escolas estaduais da rede pública da região central de Londrina-PR se sentem preparados e capacitados para atuar como educadores sexuais na escola, como resultados este autor observou que grande parte dos docentes investigados não tem conhecimentos satisfatórios para motivar reflexões dos educandos no que tange a sexualidade humana. Este autor entende que este resultado parece estar coerente com o fato de que os cursos de formação inicial de professores não atendem suficientemente a um vazio profissional relevante para o licenciado, que seria dispor de capacitação em Educação Sexual, e também não agregam diferentes áreas do saber como, por exemplo, Biologia, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia e Antropologia, a fim de obter orientação que conviriam de padrões didáticos que os estudantes e docentes, poderiam desenvolver em suas aulas.

Para o autor mencionado, em efeito, muitos docentes não desenvolvem suas aulas buscando relacioná-las com os temas transversais, como é a questão da sexualidade, por não se sentirem preparados para tal ação. Assim, há uma grande dificuldade para abordar a sexualidade, dado ao despreparo profissional e ao temor das implicações, caso tentasse encarar o assunto. Deste modo, a maioria dos profissionais encarregados de dar orientação sexual está despreparada e apresenta dificuldades, seja por questões pessoais, seja pela falta de informações referentes ao tema. Biancon (2005) verificou ainda em seu estudo que grande parte dos professores considera que o tema da sexualidade deve ser trabalhado em sala de aula por profissionais habilitados, como por exemplo, psicólogos e médicos, e não pelos professores.

Mas no tocante à postura do educador, os PCN'S (BRASIL,1997), deixam claro que o docente deve distinguir como real e lícito, por parte das crianças e dos adolescentes, a busca do prazer e as curiosidades evidentes sobre a sexualidade, pois elas compõem o seu processo de desenvolvimento. O docente transmite valores referentes à sexualidade no seu trabalho diário, na maneira de responder ou não às questões mais simples apresentadas pelos educandos. Sendo preciso então que o professor tenha acesso à formação específica para abordar a sexualidade com crianças e adolescentes na escola, permitindo a edificação de uma atitude profissional e consciente no trato desse assunto.

Determinadas escolas, preocupadas com a formação sexual dos educandos, ao lado do seu professorado, têm tratado este assunto com maior cuidado, tendo em vista a sua relevância na vida dos indivíduos e, sobretudo, de seus alunos. Porém, enquanto intercessor do conhecimento, o professor deve buscar constantes aperfeiçoamentos, a fim de reunir o maior número imaginável de informação, objetivando enriquecer seu repertório. Os adolescentes, apesar de, por vezes não evidenciarem, são muito desprovidos de “[...] conceitos morais e amparo familiar que, quando realizado de forma coerente, proporcionam a forma de homens e mulheres de valores, sendo exemplo da sociedade.” (ESTRADA, 2010, p. 1).

O educador deve então dominar conteúdos teóricos alusivos a leituras e discussões referentes às temáticas específicas de sexualidade e suas diversas abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos educandos e criar um acesso a grupos de orientação dessa prática, o qual deve acontecer continuado e sistematicamente, estabelecendo, por conseguinte, um ambiente de reflexão a respeito de valores e preconceitos dos próprios professores abarcados no trabalho de Orientação Sexual (BRASIL, 1997).

Todo educador enquanto mediador do conhecimento, deve buscar se aprimorar em relação à orientação sexual para que possa exercer um papel eficiente nos conteúdos referentes a sexualidade (CAIADO, 2012).

Ao agir como um profissional a quem cabe dirigir o processo de reflexão que permitirá ao educando autonomia para escolher seus valores, assumir posicionamentos e expandir seu universo de informações, o educador deve ter discernimento para não comunicar seus valores, crenças e conceitos como sendo verdades absolutas ou princípios. O educador, assim como o educando, tem sua própria expressão de sua sexualidade que se manifesta em seus valores

particulares. Não se pode ordenar do docente uma exoneração total no tratamento dos assuntos ligados à sexualidade, porém a consciência referente à quais são os valores, crenças, conceitos e sentimentos que cultiva sobre a sexualidade é um componente relevante para que se amplie uma maneira ética em seu desempenho junto dos educandos (BRASIL, 1997).

Entretanto, o profissional que ambiciona atuar na área da educação sexual deve ter muita facilidade para lidar com o assunto, uma vez que as características imprescindíveis ao tema requerem que seja feita uma escuta compenetrada das questões, de modo a inspirar confiança e deixar o educando a vontade (MATTOS; FERREIRA; JABUR, 2008).

Outro aspecto importante é o trabalho grupal da escola, estabelecendo princípios educativos, em muito subsidiará cada educador para que o trabalho de Orientação Sexual seja adequado, torna-se imperativo estabelecer uma relação de confiança entre educandos e docente. Para tanto, o educador precisa se mostrar disponível para dialogar sobre as questões apresentadas, não proferir juízo de valor em relação às opiniões apresentadas pelos educandos e responder às questões de maneira direta e elucidativa. Informações científicas exatas ou explicação a respeito das questões apresentadas pelos educandos são essenciais para seu conforto e tranquilidade, para maior conhecimento de seu próprio corpo e maior preparo para prevenir às doenças sexualmente transmissíveis, abuso sexual, gravidez imprevista (BRASIL, 1997).

Mattos, Ferreira e Jabur (2008, p. 4647), lembram que “[...] a sexualidade é uma das questões de maior dificuldade no processo educacional, traz problemas e desafios aos educadores, ou seja, no seu trabalho cotidiano de ensinar, onde pode ser observada uma forte instigação ao sexo.” Além disso, pode haver uma rescisão com os valores morais e sexuais há muito constituídos, pois diferentes mudanças culturais estão acontecendo desde o surgimento da autonomia sexual feminina e o pluralismo sexual.

Na direção dessa tarefa, “[...] a postura do educador é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados.” (BRASIL, 1997, p. 84). No que se refere às questões de gênero, por exemplo, o docente deve comunicar, pelo seu comportamento, a igualdade entre os gêneros e o decoro de cada um particularmente. Ao nortear todos os debates, deve, ele próprio, reverenciar o conceito de cada educando e

respectivamente aprofundar o respeito e a participação de todos. Além disso, o trabalho de Orientação Sexual sugerido pelos PCN'S abrange a atuação da escola como parte integrante à educação oferecida pela família. Portanto, a escola precisará conscientizar os familiares dos educandos a respeito da inclusão de conteúdos de Orientação Sexual na proposta curricular e esclarecer os princípios que norteiam a proposta.

Ressalta-se ainda que os educadores devem trabalhar em parceria com a família na formação sexual da criança. Tendo em vista que a família precisa de orientações, pois ela é a base para a formação da criança, isso com o objetivo de proporcionar uma vida moralmente saudável (CAIADO, 2012).

O diálogo entre escola e família deverá ocorrer de todas as maneiras adjuntas a essa relação. Por compreender que a abordagem apresentada ocorre a partir de uma concepção pluralista de sexualidade e a função da escola é abrir espaço para que tal pluralidade de visões, valores e crenças possa se promulgar, não cabe à escola, em nenhuma circunstância, fazer julgamentos como (in)certa a educação que cada família proporciona (BRASIL, 1997).

A escola deve buscar a construção de uma pedagogia que ofereça uma educação sexual com naturalidade. “Cabe a escola desenvolver a ação crítica e reflexiva para desenvolver essa educação sexual” (MATTOS, FERREIRA; JABUR, 2008, p. 4646).

Competirá à escola traçar um trabalho sobre as diferenças, partindo da sua própria atitude de reverenciar as diferenças promulgadas pelas famílias. A única ressalva concerne-se às situações em que exista transgressão dos direitos das crianças e dos adolescentes. Nessa circunstância peculiar, compete à escola se posicionar a fim de abonar a retidão fundamental de seus estudantes, cita-se como exemplo, “[...] as situações de violência sexual contra crianças por parte de familiares devem ser comunicadas ao Conselho Tutelar (que poderá manter o anonimato do denunciante) ou autoridade correspondente.” (BRASIL, 1997, p. 85),

2.3 Orientações didáticas para o tema educação sexual nas escolas

A educação sexual é primeiramente uma competência da família, uma vez

que ela é um componente chave na formação da identidade e no comportamento dos papéis sexuais de seus filhos. Entretanto, a orientação sexual na escola está recomendada nos novos PCN'S elaborados, "dando autonomia aos próprios estabelecimentos de ensino para decidirem a forma de abordarem esta temática" (JARDIM; BRÊTAS, 2006, p. 158).

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (BRASIL, 1997, p. 83).

Contudo, sabe-se que as escolas enfrentam dificuldades para inserir novas metodologias em educação sexual e, por vezes deixam de proporcionar um espaço para que sucedam debates referentes à saúde reprodutiva e sexualidade continuamente, mencionados especialmente a deficiência de recursos materiais e pessoal capacitado (JARDIM; BRÊTAS, 2006).

Nessa direção, muitas escolas começam a educação sexual a partir das séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, depois da quarta e quinta série. Contudo, a educação sexual pode ser iniciada desde o Infantil II e III. É possível trabalhar com projetos que tem como objetivo começar a orientação sexual desde o Infantil, de modo a mostrar para a criança, as diferenças entre menino e menina e os nomes das partes do corpo, por exemplo. "Então, isso já está inserido dentro de uma educação sexual. Aí vai até o segundo, terceiro ano, dependendo da filosofia da escola." (TOMAZ, 2010, p. 1).

Ao considerar que cada escola tem uma identidade e cultura próprias, que a estabelecem e, portanto, diversas perspectivas de atuação, "[...] o que sugerimos é que os PCN'S sejam utilizados pelas diferentes escolas, não na sua íntegra, como um manual de reformulação curricular, mas, sim, como uma forma de se propiciar, através desse material, uma reflexão sobre o ensino atual." (TONATTO; SAPIRO, 2002, p. 172). Os PCN'S norteiam e avigoram a necessidade de um debate permanente e contemporâneo, com relação ao ensino fundamental, referente aos seus escopos, recomendações e conteúdos selecionados, no entanto, as

transformações, quando feitas, são organizadas de acordo com a localidade e por cada equipe de cada instituição escolar no âmbito do seu contexto de vida.

Sendo assim, conforme os PCN'S (BRASIL, 1997), para a realização do trabalho de Orientação Sexual deve-se considerar a faixa etária com a qual se está trabalhando, posto, que geralmente, as questões inerentes à sexualidade são muito diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Na adolescência, por exemplo, um ano pode representar uma grande mudança pessoal em todos os sentidos. Torna-se relevante que o docente dedique-se a abordar as questões no âmbito do interesse e das probabilidades de apreensão próprias a fase de seus educandos, de modo a respeitar os receios e as ansiedades peculiares aquele período.

É muito comum que o mesmo assunto apareça como de interesse em diversos momentos para cada educando (ou grupo), o que não expressa que já não tenha sido trabalhado adequadamente. Isso ocorre dado a cada momento, as questões concernentes a essa questão se estendem e se atrelam com outras dúvidas e inquietações, exigindo, deste modo a sua retomada (BRASIL, 1997).

A escola deve estar preparada para compreender as manifestações do aluno, objetivando norteá-lo em suas curiosidades, satisfazer suas dúvidas e superar temores, motivá-lo a refletir, interrogar e encontrar o melhor caminho para seguir. Tendo em vista que, a sexualidade na instituição escolar propende especialmente a apresentar aos educandos, a partir dos seus conceitos e experiências, os subsídios que o possibilitarão compreender as diversas dimensões da sexualidade, ampliando a sua responsabilidade pessoal, familiar e social. Para tanto, é preciso que se trabalhe a sexualidade na escola de maneira transversal, global e neutra, levando-se em conta a realidade de cada sujeito. É essencial que todos os incluídos no processo educativo levem em consideração a relevância deste assunto e “[...] aprendam a lidar com ele, despindo-se de preconceitos, tabus e resistências, pois acreditamos que este é um dos caminhos para uma educação libertadora e transformadora”. (RIBEIRO, 2009, p. 1).

Segundo os PCN'S (BRASIL,1997), outra questão a ser considerada para as intercessões do docente nas circunstâncias de manifestação de sexualidade de seus educandos em sala de aula refere-se aos valores a ela atrelados. O docente não deve fazer juízo de valor a respeito dessas atitudes, mas sim buscar contextualizá-las. Isso também vale para as respostas que apresenta às perguntas realizadas pelos educandos. A postura do docente deve ser pluralista e democrática, fato que

institui condições mais adequadas para a elucidação e a informação sem impor valores particulares.

Mattos, Ferreira e Jabur (2008,), também concordam com essa concepção, pois para estes autores, ao se tratar da questão da educação sexual é importante que o docente busque discernimento para não transmitir seus valores, crenças e conceitos como sendo princípios ou verdade irrefutável. Além disso, o docente deve estar alerta para as dúvidas e questionamentos dos educandos, pois ele deve saber até onde esclarecer. O educador não pode ser visto somente como quem comunica informações aos seus alunos, ele deve ser visto também como profissional capaz de criar e construir conhecimentos e se envolver em um processo de crescimento pessoal, cultural e profissional.

O trabalho pedagógico deve ser realizado, sobretudo através da atitude do educador e de suas intercessões perante as manifestações de sexualidade dos educandos em sala de aula, objetivando subsidiá-los na diferenciação do ambiente público e do privado para as manifestações saudáveis da sexualidade correlativas à sua faixa etária. Os conteúdos trabalhados precisam ainda beneficiar o entendimento de que o ato sexual e intimidades semelhantes são manifestações relacionadas à sexualidade de adolescentes e de adultos, não de crianças (BRASIL, 1997).

Figueiró (2004, p.8), complementa dizendo que, “[...] a aula expositiva é indicada neste campo, desde que se leve em conta a espontaneidade dos alunos, que se dê espaço para as dúvidas e que possa ser combinada com outras estratégias”.

No tocante às brincadeiras que aludem à sexualidade, é relevante que o docente assegure como princípios a necessidade de aprovação sem constrangimento por parte dos sujeitos. Para tratar a prevenção do abuso sexual é também relevante a elucidação de que as brincadeiras em grupo são prejudiciais quando abrangem crianças/adolescentes com idades diferentes ou quando são feitas entre adultos e crianças (BRASIL, 1997).

O professor deve oferecer referências e limites e, ao mesmo tempo deve demonstrar a concepção de que as manifestações da sexualidade infantil são fontes de prazer e compõem o desenvolvimento saudável de toda pessoa. É preciso ter cautela para não vexar ou expor os educandos: essas manifestações não podem ser censuradas ou avaliadas à luz de doutrinas morais. Desse modo, o docente colabora

para que o educando seja capaz de distinguir como lícitas e legítimas suas necessidades e desejos de aquisição de prazer e, simultaneamente possa processar os preceitos de conduta próprias a convivência social (BRASIL, 1997).

Contudo, Altmann (2001) considera que para alcançar os objetivos recomendados pelos PCN'S, o tema transversal da orientação sexual precisa repassar todo o espaço educativo do ensino fundamental e ser tratado por diferentes disciplinas. O trabalho de orientação sexual deve, por conseguinte, acontecer de duas maneiras: dentro do programa, por meio de conteúdos transversalizados nas diversas extensões do currículo, e como programação extra, sempre que aparecerem assuntos associados ao tema. Este assunto deve ser tratado ao longo de todos os ciclos de escolarização, entretanto, “[...] a partir da quinta série, além da transversalização, a Orientação Sexual comporta também uma sistematização e um espaço específico. Isso indica uma intensificação dos trabalhos de orientação sexual na escola a partir deste ciclo.” (ALTMANN, 2001, p. 580).

Na compreensão de Ribeiro (2009), é importante que a instituição escolar proponha uma parceria com a sociedade civil para consolidar a proposta de abordar a sexualidade na escola. Em presença da dificuldade da grande parte dos docentes em lidar com o assunto e de desenvolver projetos associados à educação sexual, deve-se recorrer as ONGs para agenciar a habilitação de docente ou atividades periódicas com os educandos e a sociedade, essa é uma opção que a escola deve aproveitar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou alcançar seu objetivo geral que consistiu em apresentar teoricamente considerações referentes à problemática da educação sexual na instituição escolar.

Ao buscar responder as hipóteses levantadas a priori para o estudo, em meio a tantas considerações importantes apreciadas na revisão de literatura realizada, pode-se vislumbrar que o trabalho de Orientação Sexual recomendado pelos PCN'S envolve a atuação da escola como parte complementar da educação oferecida pela família, devendo ser vista como um método de intervenção pedagógica, cuja

finalidade seja tratar assuntos pertinentes à sexualidade com ênfase em suas extensões psicológica, sociológica e fisiológica.

Certificou-se de que as principais dificuldades que os professores enfrentam para abordar a problemática da educação sexual envolvem a falta de capacitação em educação sexual e a falta de agregar diferentes áreas do saber a esta disciplina. Sobre a postura do educador para lidar com a educação sexual verificou-se que ele deve ter formação específica para tratar o tema; buscar aperfeiçoamentos e estar preparado para a intercessão prática junto aos educandos.

Para dar prosseguimento a este estudo, sugere-se a realização de uma pesquisa de campo, que tenha o objetivo seja analisar o tratamento oferecido à educação sexual em escolas públicas e privadas da cidade de Patos de Minas-MG, a fim de observar como se estabelece o tratamento oferecido a este tema perante as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais e literaturas pertinentes.

De modo geral, observou-se que a educação sexual é muito bem contemplada pelos PCN'S, que pode ser um bom instrumento didático para fundamentar os professores em sala de aula. Mas, urge a necessidade de o Ministério da Educação e ou órgãos afins, instituírem políticas educacionais que defendam a oferta de programas de treinamento e capacitação sobre sexualidade na adolescência para o professorado que lida com esta disciplina na escola, objetivando embasá-lo para que ele esteja hábil a transmitir aos alunos os reais desígnios da educação sexual na instituição escolar.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis v. 9, n. 2. 2º semestre, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2001000200014&script=sci_arttext> Acesso em: 09 ago. 2012.

BIANCON, Mateus Luiz. **A educação sexual na escola e as tendências da prática pedagógica dos professores.** 2005, 98f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005 Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mecem/pdf/Dissertacoes/Mateus_Luiz_Biancon.pdf >. Acesso em: 09 ago. 2012.

BRAFMAN, Ivan. **Aprender sexo na escola**. 2008. Disponível em: <<http://jornaldedebates.uol.com.br/debate/educacao-sexual-no-ensino-infantilorienta-ou-deso/artigo/aprender-sexo-na-escola>>. Acesso em: 21 mai.. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília, DF, 1997. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf> >. Acesso em: 08 ago. 2012.

CAIADO, Elen Campos. **Educação sexual na escola**. 2012. Disponível em: < <http://educador.brasilecola.com/orientacaoescolar/educacaosexualnaescola.htm>>. Acesso em: 21 mai.. 2012.

CABRAL, Gabriela. **Educação Sexual**. 2011. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/sexualidade/educacaosexual.htm>>. Acesso em: 20 maio. 2012.

CHAVES, Gustavo Batista. QUEROZ, Eliza. GUERRA, Leonor Bezerra. Apontamentos para trabalho em educação sexual nas escolas. **Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais** - Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Educa34.pdf>>. Acesso em: 21 mai.. 2012.

ESTRADA, Adilson Duque. **Pcn-Orientação Sexual**. 2010. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-online-artigos/pcn-orientacao-sexual-2892576.html>>. Acesso em: 09 ago. 2012.

FERNANDES, Elisângela da Silva. AGUIAR, Elenita Maria Dias de Sousa. **A educação sexual em escolas da rede pública de ensino de Teresina (PI)**. 2010. Disponível em: <[http://www.uespi.br/prop/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/Ciencias%20da%20Educacao/A%20EDUCACAO%20SEXUAL%20EM%20ESCOLAS%20DA%20REDE%20PUBLICA%20DE%20ENSINO%20DE%20TERESINA%20\(PI\).pdf](http://www.uespi.br/prop/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/Ciencias%20da%20Educacao/A%20EDUCACAO%20SEXUAL%20EM%20ESCOLAS%20DA%20REDE%20PUBLICA%20DE%20ENSINO%20DE%20TERESINA%20(PI).pdf) |>. Acesso em: 14 ago. 2012.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: como ensinar no espaço da escola. São Paulo, 2004. Disponível em: < <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1323/1132> >. Acesso em: 12 nov. 2012.

GONÇALVES, Gabrielli Ecard de Souza. **Orientação Sexual e a escola**: Segundo Os PCNS, 2009. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/souzagabrielli/orientao-sexual-e-a-escola-segundo-os-pcn-1633022>>. Acesso em: 09 ago. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Administração de Recursos Humanos**: um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Victor. **Educação sexual nas escolas**. Um lembrete aos pais. Portal da Família. 02 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo117.shtml>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

JARDIM, Dulcilene Pereira; BRÊTAS, José Roberto da Silva. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. **Rev. bras. enferm.** Jandira, SP. v. 59, n. 2, p. 157-162. 07. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v59n2/a07.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

MATTOS, Ana Helena de. FERREIRA, Antonio; JABUR; Simone Sartori. **O papel do educador na construção de uma sexualidade emancipadora no Colégio Estadual Gabriel de Lara em Matinhos – PR**. Matinhos – PR, 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/388_912.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

RIBEIRO, Letícia Érica Gonçalves. **Sexualidade**: qual o papel da escola? CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2009. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/component/content/article/181-artigos/2945sexualidade-qual-o-papel-da-escola>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

RODRIGUES, Isilda Teixeira. FONTES, Alice. Identificação do papel da escola na educação sexual dos jovens. **Investigações em Ensino de Ciências**. Rio Grande do Sul. v. 7, n. 2 p. 177-188, 04. 2002. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/ienci/artigos/Artigo_ID87/v7_n2_a2002.pdf>. Acesso em: 20 mai.. 2012.

TONATTO, Suzinara; SAPIRO, Clary Milnitsky. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, RS, v. 2: p. 163-175; jul./dez. 2002 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a09.pdf>> Acesso em: 09 ago. 2012.

TOMAZ, Indyra. **Educação sexual e orientação sexual na escola**. 2010. Disponível em: <http://www.ed1.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=105>

educacao-sexual-e-orientacao-sexual-na-escola&catid=40:entrevistas&Itemid=76>.
Acesso em: 14 ago. 2012.